

O NOVO BRASIL AGRÁRIO MODERNO E ... DO ATRASO

NEW MODERN AGRARIAN AND... OF LATENESS BRAZIL

*Iraci Gomes de V. PALHETA **

RESUMO: Pretende-se demonstrar, no texto, que nas últimas décadas a economia brasileira modernizou-se, expandiu-se, diversificou-se apesar das “crises”, “ciclos” do sistema capitalista. Essa modernização deve-se às políticas de industrialização, combinando-se o capital privado, nacional estrangeiro, com recursos públicos. Industrializou-se desigualmente cidade e campo, regiões e país. Todas as atividades produtivas tendem a subordinar-se aos movimentos do capital.

O Brasil “moderno” é, pois, um caleidoscópio de tempos-espacos diversificados com modos de vida e trabalho, modos de ser, pensar e fazer diferentes do dominante urbano-industrial e burguês moderno, mas presente na sociedade brasileira. São essas as questões propostas na discussão do texto.

Palavras-chave: modernização, Estado, industrialização.

ABSTRACT: We intend to demonstrate, in this paper, that in the last decades the brazilian economy has been modernized, expanded and diversified in spit of the “crises”, capitalism sistem “cicles”. This modernization is consequence from the industrialisation politics, that combine privet, national and abroad capital with public resources. The city and the

* Professora doutora do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

countryside, the different regions in the country has been industrialised unequally. All the productive activities run to subordinate themselves to the capital.

The “modern” Brazil is a kaleidoscope of diversified times and spaces with ways of lives and labours, ways of being, thinking and doing, different from the dominant urban-industrial and modern bourgeois way of being, but present in the brazilian society. These are the questions proposed in the discussion of this paper.

Key words: modernisation, State, industrialisation.

Numa ampla perspectiva histórica podemos afirmar que a economia brasileira modernizou-se e moderniza-se contínua e crescentemente, apesar das “crises”, depressões, fluxos e refluxos do sistema capitalista. A economia diversifica-se, expande-se, incorpora o agro, às vezes pensa-se que o país sai do rol dos subdesenvolvidos, dos “em desenvolvimento”, e alcança o status de desenvolvido, “potência econômica mundial”, “celeiro do mundo”, etc.

Após quatro séculos de economia agro-exportadora de produtos tropicais, o Brasil ingressa na fase de industrialização, via substituição de importações. Depois de alguns surtos de “industrialização reflexa”, no dizer de IANNI (1994:108), induzida pelas crises da economia agro-exportadora, adotam-se **políticas deliberadas de industrialização**, combinando capital privado (nacional e estrangeiro) com recursos públicos. Industrializa-se a cidade e o campo, as regiões e o país. Todas as atividades produtivas passam a subordinar-se, direta ou indiretamente, ao movimento do capital nacional ou estrangeiro. A produção de bens de consumo e de bens de produção desenvolve-se em escala crescente, ampliada. A ação do Estado, via planejamento governamental e engajamento nas atividades produtivas, possibilita a reprodução crescente do capital. Paulatinamente vai

se articulando a poderosa aliança entre o grande capital financeiro nacional e estrangeiro com o Estado nacional (IANNI, 1994).

Dessa forma, sob vários aspectos, realizou-se substancial modificação na economia, ou a chamada “modernização” da economia brasileira. Vejamos o que dizia o ministro João Sayad à Folha de São Paulo, no dia 18/5/1985, ao divulgar as Diretrizes Gerais de Política Econômica (*apud* IANNI, *op.cit.*:10):

“as dimensões da economia brasileira cresceram 14 vezes entre 1940 e 1980. A produção industrial passou a representar 38% da produção nacional. A exportação exhibe hoje uma pauta diversificada. A população urbana cresceu vertiginosamente. A economia brasileira hoje é industrializada.”

Parte significativa dessa pauta de exportações é constituída por produtos agropecuários semi-elaborados, semi-industrializados (soja, frutas, arroz, café, carnes, sucos de frutas variados, fumo, couros, etc.); além de madeiras de lei (mogno, cedro, angelim, etc.); pescados nobres variados, peixes ornamentais, etc. Mas o que o Sr. Sayad não disse, embora fique subentendido em suas palavras, é que essas industrialização e urbanização são realizadas às custas da expropriação pelo Estado para o capital e pelo capital de dezenas de milhares de trabalhadores do campo (1,5 milhão nas duas últimas décadas, expulsando-os para as periferias das cidades, onde se amontoam nas mais precárias condições de existência, trabalhando na cidade e no campo como bóias-frias ou escravos, com ou sem contrato formal de trabalho; ou mesmo camponeses “integrados” (leia-se subordinados) às indústrias para a agricultura e indústrias da agricultura ou agroindústrias, à montante e à jusante, ou o que tem sido denominado de CAPS — complexos agro-industriais.

O processo de modernização no campo como na cidade, subordinou-se à **capacidade gerencial e tecnológica** (*know how*, as famosas caixas-pretas) procedentes das matrizes de empresas multinacionais ou de suas sucursais. Este processo foi incentivado por agências governamentais

de âmbito regional ou nacional, que contribuíram para formar **tecnologia especializada** em diversos ramos de atividades, em especial nos relacionados à gestão de agências e empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais.

O processo foi de tal intensidade que, na década de 70, desencadeia uma onda de **ufanismos nacionalistas** (“Brasil potência”, “Brasil Grande”, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, país “do milagre econômico”, “celeiro do mundo”) nos meios sociais e políticos dominantes dentro ou fora do aparelho estatal, que se torna mais repressivo e violento em todo o país. Os “indicadores econômicos” revelam a profundidade e a amplitude das mudanças no sistema econômico do país. Revelam “uma moderna sociedade industrial (cidade e campo industrializados), que já é a oitava economia do mundo ocidental, (...) com extraordinário dinamismo, no curso dos últimos 40 anos.” (IANNI, *op.cit.*:91), - ainda que às custas do terror, da violência, das cassações sumárias de direitos políticos e humanos (no seu fundamento básico: o direito à vida).

Boa parte da façanha é creditada à ditadura militar, que oprimiu, reprimiu, matou, exilou quem a ela se opunha. Apesar de sérias deficiências, o próprio Estado brasileiro, durante a década de 70, “tornou-se industrialmente o mais moderno do terceiro mundo”, no entender de JAGUARIBE (in Brasil: Reforma ou Caos. Fundação UNESP, SP.1988 - mimeografado, *apud* IANNI:91)

No entanto, do lado da sociedade as coisas se passam de modo profundamente diverso: no campo e na cidade, em meio às “ilhas” ou mesmo “arquipélagos” de progresso (e no âmago deles) existe um “mar” de pobreza e miséria, que constitui um imenso fosso social. Isso significa que a sociedade, ao contrário da economia, moderniza-se pouco ou mesmo regride. As relações sociais e políticas desenvolvem-se com muita dificuldade, deparando-se com vários obstáculos fincados na estrutura da sociedade; o maior talvez seja a **propriedade privada da terra**.

As heranças oligárquicas e patrimonialistas coloniais de nossa sociedade, representadas no Estado brasileiro, e estudada por Maria Sylvia de

Carvalho Franco, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, José de Souza Martins, entre outros; emergem como interesses dominantes, isto é, das classes dominantes ou das nossas “elites”, passadas e presentes. Esses interesses são contemplados e aglutinados em **diretrizes ou políticas governamentais** que freiam ou liberam gradativamente e de modo incompleto esse desenvolvimento. Veja-se, por exemplo, a passagem longa e tortuosa da escravatura ao trabalho livre, as longas lutas pela redução da jornada de trabalho, pelo reconhecimento do direito de organização sindical, do direito à greve, a luta pela reforma agrária, etc.

Os movimentos sociais, as organizações sindicais, os partidos políticos e outros espaços de atividades sociais, políticas e culturais sofrem contínuas **injunções** de interesses identificados com a “moderna sociedade industrial” (IANNI:111), como o chamado “sindicalismo de resultados” ou “negro vota em negro”, não importa qual ideologia ele abraça e que interesses serve.

O desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção expressa-se nas **desigualdades sociais** reiteradas e aprofundadas nas nossas “várias repúblicas”, na cidade e no campo. Assim, problemas sociais atravessam a nossa história, e manifestam-se em lutas políticas, operárias e camponesas, com diferentes sotaques e tons de pele: lutas contra a opressão, a exploração, a apartação social; lutas pela terra, pela liberdade sindical, pelo direito à greve, por garantias de emprego, salário desemprego, salário maternidade, acesso à saúde, à educação, à moradia, à alimentação; movimento indígena, movimento dos seringueiros e castanheiros, dos povos da floresta, movimento negro, lutas ecológicas, lutas em defesa dos menores de rua, das terras quilombolas; contra o trabalho escravo — por dívida ou um prato de comida..., enfim, são muitas lutas, em todos os momentos, infundáveis...

Contudo, a questão social no mais das vezes não é tratada como um problema político, mas como caso de polícia. Em suma, a nossa história republicana revela a escassa “modernização” em muitas esferas da sociedade. Porém, nas principais esferas da economia (financeira, bancária, in-

dustrial — incluindo a agroindústria) parecia que tudo ia bem, muito próspero, diversificado e moderno. Portanto, como diz IANNI (1994): “**A mesma fábrica do progresso fabrica a questão social**”, citando trabalhos Clovis Moura (1977): *O negro - De bom Escravo a Mau cidadão?* (RJ, Ed. Conquista); Eunice Paiva & Carmem Junqueira (1985): *O Estado Contra o Índio* (SP, Difel); José Albertino Rodrigues (1968): *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. (SP, PUC); José César Gnaccarini (1980): *Latifúndio e Proletariado* (SP, Pólis).

Nessa dinâmica, operários e camponeses são submetidos a uma dupla expropriação/exploração: são expropriados de seus meios de vida — o principal é a terra — de modo a garantir os interesses (de concentração e centralização de capital) dos setores dominantes na sociedade; e são expropriados desses meios de vida, para garantir os interesses de setores estrangeiros (de acumulação ampliada do capital), associados ou não com os primeiros. E tudo isso é garantido por um aparato estatal modernizado e repressivo, onde destacam-se as forças policiais e militares como garanti-doras da lei, da “ordem e progresso.”

Em suma, modernizam-se a economia e o aparelho do Estado, “em profundo descompasso com os problemas sociais e as conquistas políticas. A própria cultura (senso latu) também se mostra bloqueada ou [é] pouco estimulada. **A nação industrializada e moderna está em descompasso consigo mesma.** (...). Talvez esse **desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios.** As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade. Os mesmos ‘indicadores econômicos’ da modernização alimentam-se dos ‘indicadores sociais’ da ‘sociedade primitiva’. [O novo alimenta-se do velho; o moderno, do atrasado]. Os setores sociais ‘participantes’ têm uma base na exploração dos ‘excluídos’,” escreve IANNI (*op.cit.*). Em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica, o país moderno, fabrica as desigualdades sociais, a chamada **questão social**.

O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, modos de vida e de trabalho, modos de ser, de pensar e produzir. Enfim, **um**

caleidoscópio de espaços-tempos, se preferirem, “espacialidades diferenciais” ou territorialidades, que expressam culturas diferentes, herdadas e plasmadas em diferentes meios/ambientes sensulato do solo brasileiro. Como IANNI e com ele, afirmamos: **É possível perceber na nossa sociedade as heranças do escravismo predominando sobre todas as heranças: comunidades indígenas e afro-brasileiras, e camponesas (estas de base cabocla e imigrante), também estão muito presentes no interior da formação social brasileira no final do século XX. As culturas gaúcha, caipira, mineira, baiana, amazônica, nordestina, etc. - [que eu também colocaria no plural], parecem lembrar a economia açucareira, do ouro e do diamante, do tabaco, do gado, da borracha, do café e outras.**

Essas heranças sobrevivem, persistem e teimam em persistir, lutando pelo direito de serem diferentes, mas integradas à sociedade brasileira se assim o desejarem, com dignidade e justiça. Elas impregnam o **modo de ser agrário**, rural, mas também o **urbano-industrial**, burguês, “moderno” da cultura brasileira, dominante e oficial, que tende, sobretudo na década de 90, neste final de século, a querer apagar nossas raízes, e que são as raízes de sua riqueza, com a destruição das formas camponesas e outras formas de existir e ser.

A questão camponesa na lógica do capital esboça uma forma do seu acontecer: (1) ela contraria as ações e relações sociais do capital (propriedade privada e direito burguês), já que a terra camponesa — mesmo com título jurídico de propriedade —, não é terra para explorar trabalho alheio, é terra de trabalho e vida, que lhe garante o direito inalienável de ser e viver livre, com autonomia e dignidade, junto com a mulher e os filhos, parentes e outras famílias da comunidade; (2) por suas características intrínsecas, contraditoriamente, as comunidades e famílias camponesas **favorecem também as ações e relações do capital** (agro-industrial, bancário, comercial, pesqueiro, madeireiro), com as máscaras do atraso ou não; **este as expropria de uma só vez** pela grilagem e burla cartorial, etc., e com a ajuda de jagunços e da polícia militar dos estados que as expulsa da terra com violência, ou **as expropria lentamente** do fruto de

seu trabalho, através da subordinação da renda da terra, da pesca, do extrativismo, etc.

Deterioram-se suas condições de vida, e não podendo saldar as dívidas com o banco, com o latifundiário, com o agiota comerciante, acaba entregando ou vendendo suas terras, partindo para as cidades, onde, por falta de recursos, se sujeita a relações de exploração, indo morar em cortiços e favelas nas periferias distantes ou no centro deteriorado, em condições precárias de vida; ou debaixo de pontes, viadutos e marquises, em condições miseráveis, no completo abandono, estigmatizadas, marginalizadas, ...e temidos.

Nestas condições, a sociedade burguesa, industrial e urbana, “moderna” inverte a questão social: os pobres e miseráveis são vistos como os responsáveis pela sua própria miséria de vida. **Toma a consequência, o produto dela como a causa e vice-versa**: os pobres e miseráveis são “bandidos”, “ladrões”, “vagabundos” que “não gostam de trabalhar”... Da violência explícita passa-se à **violência simbólica e vice-versa**. Eles são “perigosos”... é preciso levantar cercas e muros para defender os “cidadãos”; segregar-se em cidadelas fortificadas (leia-se condomínios residenciais fechados de alto luxo), protegidos com a parafernália da indústria moderna (televisão, alarmes eletrônicos, cartões magnéticos personalizados, etc.). É preciso, sobretudo, armar-se contra os miseráveis... do campo e da cidade.

Violência gera violência, a guerra está aberta! No mundo da mercadoria tudo vira objeto de compra e venda (inclusive o ser humano), descartável. Vamos usar e abusar. “Consumamos, consumamos!” Não importa de onde venha o produto, nem quem produziu e como produziu. Este é o recado da mídia, que nos entra pelos olhos, ouvidos e ... goela abaixo, em todo o canto e lugar. E como “compra quem pode”, quem não pode “se vira”: compra apenas o necessário para viver, ou faz dívida, com cartão de crédito e juros altos, para consumir; ou então, com o assédio das imagens permanentes a martelarem-lhe os sentidos e cérebro, rouba.

Vimos que é difícil senão impossível tratar da modernização do campo, do novo Brasil agrário, sem falar do urbano (e vice-versa). **É no “ve-**

lho” Brasil agrário que se encontra o significado, o conteúdo do Brasil moderno, agrário ou urbano-industrial. É no campo “modernizado” ou que de fato precisa se modernizar (no sentido lato da palavra, que este trabalho tentou mostrar) que se encontra o sentido tomado pela modernização. É no campo considerado “atrasado”, do outro, do diferente, com sua história, seu modo de vida e sua cultura, que nascem as possibilidades da mudança real, este pede políticas públicas que, de fato, minimizem o fosso social cavado ao longo de praticamente cinco séculos; políticas públicas calcadas na realidade, na justiça, na distribuição direta e indireta de renda e da riqueza nacionalmente criada, na reforma agrária, nos salários e aposentadorias dignos para os trabalhadores (do campo e da cidade), na educação e saúde públicas de qualidade, etc., etc.

Enfim, na justiça social ou verdadeira modernização da sociedade que respeite o outro, o diferente, sua história, sua memória e sua cultura. Estas de diferentes cores e sons, dão o verdadeiro conteúdo ao Brasil.

Bibliografia

- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Estrutura Agrária e relações de poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisa de critérios de organização empresarial e de mentalidades econômicas no período colonial. In: *Estruturas Agrárias e Relações de Poder*. Revista Brasileira de História, 22. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991.
- GOFFMAN, Erviug. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogar, 1988.
- IANNI, Otávio. *A Idéia de Brasil Moderno*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

- MARTINS, José de S. *O poder do atraso - Ensaio de Sociologia da História lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- QUEIROZ, Maria I. P. *Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SAMARA, Eni M. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI - XIX). In: *Estruturas Agrárias e Relações de Poder*. Revista Brasileira de História, 22. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1991.